

Na maioria das culturas, a gratidão é considerada um aspecto desejável da personalidade humana e da vida em sociedade; a ingratidão, uma falha moral. Todavia, segundo alguns autores, a ingratidão é um fenômeno comum na infância. Há várias maneiras de ser ingrato: (a) não retribuir um benefício a um benfeitor prévio; (b) não reconhecer a sua ajuda; (c) não retribuir adequadamente ou (d) retribuir por razões moralmente reprováveis. Este estudo investiga o juízo moral de crianças de 5 a 12 anos sobre aquele(a) que não retribuiu um benefício. Examinam-se duas questões: (a) o juízo das crianças sobre a ação do(a) ingrato(a) e (b) a(s) suas justificativa(s). Entrevistaram-se, individualmente, 30 crianças (50% meninas) de três grupos etários (5-6, 8-9 e 11-12 anos) sobre uma história na qual um adulto (benfeitor) ajuda uma criança (beneficiário); posteriormente, o adulto pede um favor à criança, mas ela nega-se a ajudá-lo. Constatou-se que todas as crianças reprovaram a ação do ingrato. Constituíram-se duas categorias de análise para as justificativas: (a) consequências para o benfeitor e (b) retribuição do favor (subdividida em dois níveis: constatação e explicação). Dois juízes leram independentemente todas as respostas; em caso de diferenças, realizou-se um acordo interjuízes. Os resultados sugerem que existe uma evolução do juízo moral sobre a ingratidão na infância: (a) as justificativas que enfocam as consequências para o benfeitor tendem a desaparecer com o aumento da idade; (b) a retribuição do favor, considerada obrigatória, apareceu em todas as idades, mas foram principalmente as crianças de 11-12 anos que explicaram o porquê: aquele(a) que não retribuiu é mal-educado, ingrato, desobediente. Algumas crianças sugeriram que o ingrato fosse castigado. (Apoio: CNPq)